

1 Ata da Reunião Ordinária da Plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João  
2 – CBHLSJ. Ao segundo dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, às dez  
3 horas, iniciou-se a reunião via videoconferência (plataforma *JitsiMeet*), tendo como  
4 pauta, os seguintes assuntos: **1 - Plano Plurianual de Investimento: a) Tabela de**  
5 **Previsão Orçamentaria; b) Tabela de Previsão do CFURH; c) Tabela – Proposta PAP**  
6 **(70% para Saneamento) – observar rubricas aprovadas 2019; d) Tabela – Proposta**  
7 **PAP (20% para Saneamento – observar rubricas aprovadas. 2 - Apresentação sobre**  
8 **trabalhos executados pelo CILSJ como Entidade Delegatária para o CBHLSJ, de**  
9 **2017 a 2022; a) Votação sobre continuidade do CILSJ como Entidade Delegatária**  
10 **pelos próximos 5 (cinco) anos (2022 – 2026). 3 - Assuntos Gerais.** Onde  
11 compareceram os seguintes representantes, conforme comprovação de presença: Sra.  
12 Mariana Loureiro Lima de Arruda Botelho (FIPERJ); Sra. Keila Ferreira da Silva  
13 (Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo); Sr. Arnaldo Villa Nova (Associação Viva  
14 Lagoa); Sra. Edna Ferreira Calheiros Saraiva (AMEAS); Sra. Rafaela de Carvalho  
15 Siqueira (Associação Raízes); Sra. Dalva Rosa Mansur (IPEDS); Sr. Manildo Marcião  
16 de Oliveira (IFF-CF); Sr. Eduardo Gomes Pimenta (UVA); Sr. Yan Freitas Soares  
17 Antunes (Concessionária Águas de Juturnaíba); Sr. Leandro Coutinho Mattos (Colônia  
18 Z-29/Iguaba Grande); Sra. Sandra Barbára (IPEDS); Sr. Rogerio Marão (Dois Arcos);  
19 Sr. Nelson (ITOGRASS); Sr. Jolnnye (Prefeitura Municipal de Rio das Ostras); Sra.  
20 Gisela (ICMbio); Sr. Francisco Guimarães (Associação de Pescadores Amigos e  
21 Amigas da Praia da Pitória); Sr. Ricardo Guadagnin (FIRJAN); Sr. Murilo Balbino  
22 (Prefeitura Municipal de Rio Bonito); Sr. Mario Flavio (Prefeitura Municipal de São  
23 Pedro da Aldeia); Dulce Tupy (Colônia Z-24/Saquarema); Sr. Jorge Carmo Mello  
24 (ALA); Sr. Yan Antunes (CAJ); Sr. João Paulo Arruda (Prefeitura Municipal de Iguaba  
25 Grande); Sr. Gilmar Prado Jacob (COOPASÃOJOÃO); Sra. Adriana Saad (CILSJ); Sr.  
26 Leonardo Nascimento (CILSJ); Sra. Jéssica Berbat (CILSJ); Sra. Samara Miranda  
27 (CILSJ); Sr. Felipe Liberato (PROLAGOS); Sr. Diego Moraes (OAB-IG); Sra. Zélia  
28 Maciel (Associação Raízes); Sr. José Carlos Teixeira (APESCAPERGIN); Sra.  
29 Stephani Brunetti (PROLAGOS); Sr. Gabriel Dal Moro (PROLAGOS); Sra. Bianca  
30 Fernandes (Prefeitura Municipal de Cabo Frio); Sr. Augusto Pascoal (Associação  
31 Raízes); Sr. Vinicius Mendes (Associação Raízes); Sra. Thaisa Azevedo (Ass.  
32 Comunicação/CILSJ). O Presidente do CBHLSJ, Sr. Eduardo Pimenta, iniciou a  
33 reunião agradecendo a presença de todos. Em seguida, informou que na ocasião não

34 haveria aprovação de Atas de reuniões anteriores, tendo em vista que já havia sido  
35 aprovada na reunião passada. A Sra. Adriana Saad deu início a apresentação das tabelas,  
36 contextualizando, primeiramente, sobre a tabela de projeção de cobrança de 2022 a  
37 2026 para a Região Hidrográfica VI (RH-VI), destacando o montantes líquidos de  
38 investimento e ressaltando que a lei vigente previa que 70% (por cento) do montante  
39 proveniente da arrecadação da cobrança do setor de saneamento deveria ser aplicado em  
40 projetos de saneamento. Continuou, externando sobre a diminuição do recurso oriundo  
41 da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH), em 50%  
42 (cinquenta por cento), específico para complementar o custeio das Entidades  
43 Delegatárias. Devido a esse fato, o Fórum Fluminense de Comitês de Bacias  
44 Hidrográficas (FFCBH), junto com os Comitês de Bacias Hidrográficas e o Conselho  
45 Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro (CERHI) planejava a  
46 realização de uma oficina para discutir sobre a sustentabilidade do Sistema de  
47 Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRHI), visando ampliar possibilidades de  
48 recursos para as Delegatárias. De toda forma, conforme dito em reunião pretérita, a  
49 Delegatária contava com um fundo de reserva no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão  
50 de reais), que poderia ser utilizado para não onerar o Comitê. Prosseguiu, apresentando  
51 a tabela de investimentos do CBHLSJ, considerando o cenário de obrigatoriedade de  
52 70% (setenta por cento) em saneamento. Destacou que o SIG-CBHLSJ foi contratado  
53 no ano vigente e que por ser uma exigência do Contrato de Gestão, seria necessária  
54 manutenção anualmente. Informou que para as rubricas que os membros do Comitê  
55 haviam definido que deveriam ter continuidade, a saber, “Monitoramento de Corpos  
56 Hídricos”, “Restauração Ecológica” e “Auxílio à pesca”, havia um saldo remanescente  
57 para 2022. Entretanto, a partir de 2023, não haveria mais recursos para estas rubricas,  
58 incluindo “Escritório de Projetos”. Sugeriu, então, que fosse realizada captação de  
59 recursos através de editais externos para as rubricas supracitadas. Em seguida,  
60 comentou sobre a tramitação de uma lei que previa a redução da obrigatoriedade de  
61 70% (setenta por cento) para saneamento para 20% (vinte por cento) e para áreas de  
62 concessão completa seria facultativo investimentos em saneamento. Apresentou, então,  
63 a proposta de investimentos do CBHLSJ, considerando o cenário de obrigatoriedade de  
64 20% (vinte por cento) para saneamento, ressaltando que neste cenário daria para  
65 contemplar todas as rubricas que o Comitê solicitou. Informou que poderiam ser  
66 realizadas alterações na ocasião ou poderia ser realizada uma oficina para uma

67 discussão mais ampla. Elucidou que a resolução do PPA contemplaria, somente, o  
68 recurso de 2023 a 2026, e que verificaria junto ao INEA se o recurso de 2027 também  
69 entraria. O Sr. Arnaldo Villa Nova ponderou que não era viável realizar uma oficina  
70 para planejar um recurso baseado no cenário de 20%, tendo em vista que a lei não havia  
71 sido aprovada, ainda. A Sra. Adriana Saad expressou que mesmo para o cenário de 70%  
72 (setenta por cento) poderia ser realizado uma oficina para discutir a distribuição dos  
73 recursos dentro de cada rubrica e que neste cenário a única rubrica que poderia ser  
74 substituída era “Educação ambiental”, pois as demais eram itens obrigatórios. Expos  
75 que o item “Educação Ambiental” poderia ser substituído por “Escritório de Projeto”,  
76 caso o Comitê assim optasse, contudo, devido ao valor, seria possível contratar apenas  
77 um profissional para 2022, que utilizaria a estrutura do CILSJ e ficaria responsável pela  
78 captação de recursos externos e desenvolvimento de projetos. No entanto, para os  
79 demais anos, caso o cenário permanecesse o mesmo, não haveria recurso suficiente para  
80 mantê-lo. A Sra. Sandra Barbara externou que educação ambiental era essencial em um  
81 Comitê, e que não achava conveniente realizar a troca do mesmo pela contratação de  
82 um profissional, tendo em vista que o Consórcio já estava assoberbado e isso poderia  
83 resultar na atribulação das ações. A Sra. Adriana Saad esclareceu que estavam  
84 assoberbados com a entrega dos produtos obrigatórios do Contrato de Gestão,  
85 entretanto, a contratação de um profissional seria de grande ajuda na captação de  
86 recursos externos e desenvolvimento de projetos. Reiterou que para 2022 ainda havia  
87 saldo remanescente proveniente de 2021 para aplicação em projetos de educação  
88 ambiental e, por isso, não haveria prejuízo na troca desses itens. O Sr. Ricardo  
89 Guadagnin questionou o motivo da tabela encaminhada para o mesmo, estar diferente  
90 da apresentada na reunião. A Sra. Adriana Saad respondeu que, depois de enviada, a  
91 tabela obteve considerações por parte de membros do Comitê. O Sr. Ricardo Guadagnin  
92 manifestou que não concordava com a aprovação das tabelas com alterações sem tempo  
93 hábil para análise. A Sra. Adriana Saad elucidou que a única alteração realizada na  
94 tabela foi a substituição do item “Monitoramento de Corpos Hídricos” por “SIG-  
95 CBHLSJ”, as demais informações constantes na tabela eram contribuições feitas por  
96 membros, que foram acrescentadas com o intuito de trazer a luz à Plenária. O Sr. Diego  
97 Moraes questionou se o valor destinado a saneamento, no cenário de 70%, estava  
98 correto, destacando que 70% do valor total seria de R\$ 9.701.164,31 (nove milhões,  
99 setecentos e um mil, cento e sessenta e quatro reais e trinta e um centavos). A Sra.

100 Adriana Saad elucidou que os 70% (era) era relativo a arrecadação da cobrança do setor  
101 de saneamento, somente, mas que existiam porcentagens de outros usuários que não  
102 estava sendo contabilizado no cálculo, por esse motivo não daria exato. De qualquer  
103 forma, a planilha levava em conta os dados fornecidos pelo INEA. Sem mais  
104 considerações, o Sr. Eduardo Pimenta colocou em aprovação o Plano Plurianual de  
105 Investimentos 2023-2026. Os representantes das seguintes instituições manifestaram-se  
106 a favor da aprovação; Universidade Veiga de Almeida, Associação Viva Lagoa,  
107 Instituto Federal Fluminense (*campus* Cabo Frio), Associação Raízes, FIPERJ, ALA,  
108 IPEDS, Prefeitura Municipal de Cabo Frio, Dois Arcos, Prefeitura Municipal de Arraial  
109 do Carro, COPASÃOJOÃO, Prefeitura Municipal de Iguaba Grande, Colônia de  
110 Pescadores Z-29/Iguaba Grande, Colônia de Pescadores Z-24/Saquarema, AMEAS,  
111 Associação de Pescadores Amigos e Amigas da Praia da Pitória e Prefeitura Municipal  
112 de Iguaba Grande. O Sr. Ricardo Guadagnin se manifestou contra a aprovação, com a  
113 justificativa de que a tabela encaminhada anteriormente estar diferente da apresentada  
114 na reunião. Sendo assim, as tabelas foram aprovadas pela maioria dos membros. A Sra.  
115 Adriana Saad comunicou que as tabelas seriam incluídas em uma resolução,  
116 encaminhadas para Câmara Técnica Institucional Legal (CTIL) e, por fim, retornaria à  
117 Plenária, para aprovação. A Sra. Mariana Botelho questionou sobre o andamento do  
118 projeto de estatística pesqueira do Guaiamum, no Rio São João. A Sra. Adriana Saad  
119 respondeu que o termo de referência do projeto já foi elaborado e seria apresentado na  
120 próxima reunião da Câmara Técnica de Pesca e Aquicultura, para contribuições e  
121 aprovação. Uma vez aprovado, seria encaminhado para o setor administrativo para  
122 prosseguir com a publicação do Edital, para licitação. Informou, também, que o projeto  
123 teria a duração de um ano. Prosseguiu-se, então, para o segundo item de pauta, sobre  
124 apresentação dos trabalhos executados pelo CILSJ, como Entidade Delagatária para o  
125 CBHLSJ, de 2017 a 2022. A Sra. Adriana Saad externou que foi enviado aos membros  
126 o relatório de trabalho, o qual era entregue anualmente ao INEA e para a Comissão de  
127 Avaliação, composta pelo INEA, SEAS e CERHI. Seguiu para a leitura do documento,  
128 destacando os resultados para cada indicador e subindicador. Informou que as metas dos  
129 subindicadores “Conteúdo disponibilizado e atualizado no site do CILSJ e CBHLSJ”,  
130 “Elaboração e Distribuição de Informativo Digital” e “Elaboração e Divulgação de  
131 Relatório Digital sobre o Cenário Ambiental da Bacia”, referentes ao Indicador  
132 “Disponibilização de Informações”, foram consideradas atingidas. Com relação ao

133 Indicador “Instrumentos de Gestão”, informou que para o subindicador “Sistema de  
134 Informações” a meta foi parcialmente atingida. Justificou que no momento da pesquisa  
135 de mercado verificou-se que o valor orçado foi superior ao recurso disponível. Desta  
136 forma, visando solucionar o problema, observou-se que ao invés de contratar o  
137 desenvolvimento de um sistema do zero, poderia ser contratado um sistema já existente  
138 que atendesse a demanda do Comitê. Sendo assim, o escopo foi reformulado,  
139 considerando tal ponto, e se encontrava no setor jurídico para dar andamento ao  
140 processo de licitação. Sobre o subindicador “Atualização do plano de recursos  
141 hídricos”, informou que o processo aguardava liberação para licitação, por esse motivo,  
142 seria considerada como uma meta parcialmente atingida. Sobre o subindicador “Estudos  
143 ou propostas sobre a cobrança”, informou que se encontrava em processo de  
144 levantamento de informações técnicas dos usuários e revisão dos valores arrecadados  
145 com a cobrança pelo uso de água na RH VI, no âmbito do Grupo de Trabalho para  
146 Revisão dos Mecanismos e Valores de Cobrança (GT Cobrança), visando aumentar a  
147 arrecadação para o Comitê. Por esse motivo, seria considerada uma meta parcialmente  
148 atingida. Passando para o indicador “Reconhecimento social”, abordou-se o  
149 subindicador “Avaliação pelos Membros Titulares do Comitê (ou por votantes na  
150 plenária) sobre a atuação do CILSJ”, informou que o formulário foi preenchido por  
151 vinte e cinco dos membros em um universo de quarenta, e obteve a média de 9,2. Sendo  
152 assim, a meta foi considerada atingida. Sobre o subindicador “Meios de comunicação  
153 social”, informou que, embora o Comitê não tivesse finalizado o seu Plano de  
154 Comunicação, ele dispunha de uma equipe de Assessoria de Comunicação, a qual  
155 tinham suas atividades acompanhadas por um Grupo de Trabalho, formado por  
156 membros do Comitê. Dentro desse grupo de trabalho, o projeto se encontrava em  
157 andamento. Desta forma, a meta foi considerada como parcialmente atingida, devido o  
158 produto final não ter sido finalizado. Seguiu-se para o indicador “Acompanhamento de  
159 aplicação dos recursos FUNDRHI”, apresentou os projetos executados, em execução e o  
160 *status* dos projetos que estavam em processo de contratação de execução do CBHLSJ, e  
161 informou que a meta foi considerada como parcialmente atingida, pois não foram todos  
162 licitados. Por fim, abordou-se o indicador “Finalístico”, onde a Plenária havia optado  
163 por acompanhar a evolução do Monitoramento de Qualidade da Água, sendo assim, a  
164 meta foi considerada como atingida, uma vez que todos os projetos já haviam sido  
165 licitados e se encontravam finalizados ou em andamento. Concluiu, informando que o

166 Relatório apresentado se tratava de um resumo de um documento mais detalhado, que  
167 era utilizado para a prestação de contas e encaminhado para auditoria externa, INEA e  
168 Ministério Público. Posto isto, questionou aos membros se desejavam continuar com o  
169 CILSJ como Entidade Delegatária do CBHLSJ, para os próximos 5 (cinco) anos. Caso a  
170 Plenária optasse pela continuidade, informou que o INEA havia proposto a união dos  
171 Contratos de Gestão do CBHLSJ e do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Macaé e  
172 das Ostras (CBHMO) em um só Contrato. Explicou que essa proposta surgiu da  
173 necessidade de reduzir os custos, visto que os recursos do SEGRHI estavam diminuindo  
174 cada vez mais. Diante disso, os Comitês, através do FFCBH, junto com o INEA e o  
175 CERHI, vinham fazendo exercícios para que as entidades delegatárias sofressem menos  
176 impacto possível, dada a importância das mesmas para os Comitês, no que tange a  
177 administração e execução dos recursos. Como consequência, o CILSJ vinha, ao longo  
178 dos anos, cortando diversas despesas, como horas de carro alugado, estagiários e entre  
179 outros, para que fosse possível enquadrar o Plano de Trabalho dentro do recurso  
180 disponível. Explanou que a AGEVAP já havia começado a realizar a união do contrato  
181 de alguns comitês. Por fim, explicou que a aprovação da Plenária seria uma deliberação  
182 em primeira instância para, depois, o INEA prosseguir com a validação ou não da união  
183 dos contratos. Uma vez aprovado pelo INEA, o órgão elaboraria uma minuta que  
184 formalizaria a ação, que seria levado a CTIL do CBHLSJ, para análise, e,  
185 posteriormente, à Plenária, para aprovação. Sem mais, o Sr. Eduardo Pimenta colocou  
186 em votação a continuidade do CILSJ como entidade delegatária pelos próximos 5  
187 (cinco) anos. Os representantes das seguintes instituições manifestaram-se a favor:  
188 UVA; IFF; IPEDS; Prefeitura Municipal de Cabo Frio; Prefeitura Municipal de Arraial  
189 do Cabo; COOPASÃOJOÃO; Prefeitura Municipal de Iguaba Grande; Dois Arcos;  
190 Associação Raízes; APAAPP; FIRJAN; Associação Viva Lagoa; AMEAS; Colônia de  
191 Pescadores Z-29/Iguaba Grande; Colônia de Pescadores Z-24/Saquarema. Logo depois,  
192 foi colocado em votação a união dos Contratos de Gestão do CBHLSJ e CBHMO em  
193 um só Contrato. Os representantes das seguintes instituições manifestaram-se a favor:  
194 Associação Raízes; UVA; AMEAS; Prefeitura Municipal de Iguaba Grande; Z -29; IFF;  
195 Dois Arcos; VIVA LAGOA; PMAC; FIRJAN; PMCF; COOPASÃOJOÃO; IPEDS. As  
196 Instituições OAB/Iguaba Grande, PROLAGOS e APESCARPGIN foram a favor,  
197 porém, devidos os representantes presentes não serem os representantes formalmente  
198 indicados pelas Instituições, seus votos não foram contabilizados. Portanto, as duas



199 propostas foram aprovadas. A Sra. Adriana Saad expressou sua satisfação e agradeceu a  
200 todos os membros pela confiança, e comprometeu-se continuar engajada com os  
201 objetivos do Comitê, como já tem sido feito. Agradeceu também por todo o suporte  
202 dado pela equipe do CILSJ, que atende o CBHLSJ. O Sr. Eduardo Pimenta agradeceu a  
203 todos os membros do Comitê pela representatividade e comprometimento e à equipe do  
204 CILSJ, por todo suporte. A Sra. Edna Calheiros parabenizou a equipe do CILSJ, pela  
205 participação eficiente no Subcomitê Saquarema, destacando a qualidade do trabalho  
206 prestado pela Analista Técnica Jéssica Berbat. Diversos membros também manifestaram  
207 satisfeitos pelo trabalho prestado pela equipe do CILSJ. Avançando para “Assuntos  
208 Gerais”, o Sr. Francisco Guimarães solicitou o apoio do CILSJ, para convidar o  
209 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para participar da reunião  
210 da Câmara Técnica de Pesca e Aquicultura, que estava prevista para ocorrer no dia 24  
211 de maio de 2022, para realizar a entrega dos registros das artes de pesca de correnteza,  
212 assim como, para dialogar sobre a mudança do defeso das Lagoas de Araruama e  
213 Saquarema. Não havendo mais assuntos a serem tratados, o Sr. Eduardo Pimenta  
214 agradeceu a participação de todos e finalizou a reunião. Deste modo, eu, Manuella J.  
215 Souto Maior, sob supervisão de Samara Miranda, lavro a presente Ata, para que, depois  
216 de lida, aprovada pelos membros do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João e  
217 assinada pelo Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João, produza  
218 seus efeitos legais. São Pedro da Aldeia, 23 de junho de 2022.



**EDUARDO GOMES PIMENTA**  
Diretor-Presidente do CBHLSJ